



CADERNO DE PROVA
Comarca de Governador Valadares
Seleção Pública para Estagiários
GRADUAÇÃO EM DIREITO
Edital nº 2025/01, de 09/06/2025

- PROVA OBJETIVA -
INSTRUÇÕES PARA O CANDIDATO

1. **ABRA ESTE CADERNO SOMENTE QUANDO AUTORIZADO.**
2. A prova terá a duração de 03 (três) horas a partir da autorização para o seu início.
3. Verifique o seu nome, o número da sua inscrição e os demais dados impressos. Escreva o seu nome e assine nos locais apropriados **somente quando autorizado** pelo aplicador da prova.
4. Marque as respostas na FOLHA DE RESPOSTAS, no campo correspondente a cada questão.
5. A FOLHA DE RESPOSTAS é o único documento que será utilizado para a correção de sua prova objetiva.
6. Não amasse, não dobre nem rasure a sua FOLHA DE RESPOSTAS.
7. As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS só podem ser feitas com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira (grafite) e(ou) borracha.
8. Em nenhuma hipótese haverá substituição por erro de preenchimento do candidato.
9. Não é permitida **marca identificadora** na FOLHA DE RESPOSTAS.
10. Marque no FOLHA DE RESPOSTAS a letra correspondente ao seu gabarito.
11. Veja se o caderno de prova contém **40 (quarenta) questões**. Em caso contrário, solicite outro ao fiscal.
12. O candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação da prova.
13. É **obrigatória** e de responsabilidade do candidato a assinatura na FOLHA DE RESPOSTAS. O TJMG não se responsabilizará pelas FOLHAS DE RESPOSTAS não assinadas.
14. A marcação de mais de uma opção para uma mesma questão implica a perda desta questão.
15. O quadrículo correspondente à questão escolhida deve ser preenchido, evitando-se ultrapassar a linha que margeia a letra.
16. A Comissão Organizadora do Processo Seletivo não se responsabilizará por problemas na leitura que advierem da marcação inadequada da FOLHA DE RESPOSTAS ou da utilização de material não especificado para tal.
17. **Você poderá usar todos os espaços vazios do Caderno de Provas, para rascunho.**

OS GABARITOS SERÃO DIVULGADOS NO SITE DO TJMG E NO QUADRO DE AVISOS DO FÓRUM (TÉRREO) SITUADO NA PÇA DO VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO, S/Nº, CENTRO, GOVERNADOR VALADARES-MG, CEP 35010-142, ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS A PARTIR DA DATA DA APLICAÇÃO DA(S) PROVA(S).

NOME DO CANDIDATO:

NÚMERO DA INSCRIÇÃO: _____

CÓDIGO (De uso da Comissão): _____

DIREITO CIVIL

1) Letícia efetuou a venda de seu imóvel, mediante coação que lhe viciou a declaração da vontade. Nesse caso, o negócio jurídico é

A) anulável e, portanto, insuscetível de confirmação pelo decurso do tempo.

B) nulo, devendo a ação ser ajuizada no prazo prescricional de 5 anos, contado do dia em que o negócio se realizou.

C) anulável no prazo decadencial de 4 anos, contado do dia em que cessar a coação.

D) nulo e, portanto, insuscetível de confirmação pelo decurso do tempo.

2) As ruas e praças constituem bens

A) de uso comum do povo e, portanto, estão sujeitas à usucapião.

B) de uso especial, podendo ser alienadas, desde que observadas as exigências da lei.

C) dominicais, podendo ser alienadas, desde que observadas as exigências da lei.

D) de uso comum do povo e são, portanto, inalienáveis enquanto conservarem sua qualificação.

3) Como são chamados os bens que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, por exemplo, a nota de dinheiro, que pode ser trocada por outra de mesmo valor, sem qualquer perda pelo seu proprietário?

A) Materiais.

B) Fungíveis.

C) Financeiros.

D) Imateriais.

4) Quanto ao Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

A) os menores de 18 anos de idade.

B) os ébrios habituais.

C) os menores de 16 anos de idade.

D) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.

5) Em relação aos elementos acidentais do negócio jurídico,

A) considera-se termo a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

B) são lícitas as condições, suspensivas ou resolutivas, que privarem de todo o efeito o negócio jurídico.

C) o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito.

D) ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva, é vedado praticar os atos destinados à sua conservação.

E) o encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, sendo vedada disposição contratual em sentido contrário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6) A respeito do *amicus curiae*, é correto afirmar que:

A) uma pessoa natural não pode figurar nessa função

B) é admissível somente em processos coletivos ou de controle de constitucionalidade

C) intervém com a finalidade precípua de defender o interesse jurídico de uma das partes do processo

D) sua intervenção pode ser solicitada de ofício pelo magistrado, requerida pelas partes ou por quem pretenda intervir.

7) No que se refere aos prazos processuais, é correto afirmar que

A) a parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, ainda que o faça expressamente.

B) nos processos em autos eletrônicos, os litisconsortes que tiverem diferentes patronos, integrantes de escritórios de advocacia distintos, terão os prazos contados em dobro.

C) o Ministério Público terá o prazo contado em dobro para as suas manifestações, salvo se atuar no feito como fiscal da ordem jurídica, caso em que o seu prazo será simples.

D) salvo disposição em contrário, os prazos se contam excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento, devendo ser computados apenas os dias úteis, quando fixados em dias.

8) A respeito dos poderes, deveres e responsabilidades do juiz, expressos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

A) O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.

B) O juiz pode se eximir de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.

C) Ao juiz é facultado decidir por equidade sempre que lhe convier.

D) O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe admitido conhecer de questões objetivas não suscitadas cujo respeito a lei exige iniciativa da parte.

9) Maria ajuizou ação em face de autarquia previdenciária, pleiteando a condenação desta a lhe conceder a pensão por morte de servidor com o qual, alegadamente, manteve união estável e de quem era financeiramente dependente. A autora incluiu no polo passivo de sua demanda a autarquia e, também, o seu filho José, menor de idade, que já recebia o benefício previdenciário em questão e cujo quinhão poderia ser reduzido na hipótese de acolhimento do pedido. Constatando a colidência de interesses entre a demandante e o seu filho, deverá o juiz da causa:

A) determinar a expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando-lhe que indique advogado para desempenhar a defesa do réu incapaz;

B) decretar a suspensão do processo, até que seja constituído advogado próprio para desempenhar a defesa do réu incapaz;

C) decretar a suspensão do processo, até que o réu incapaz atinja a maioridade civil;

D) nomear curador especial para desempenhar a defesa do réu incapaz;

10) A modalidade de intervenção de terceiros por meio da qual, diante da relevância da matéria, da especificidade do tema objeto da demanda ou da repercussão social da controvérsia, uma pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, manifesta-se no feito é:

A) a assistência simples;

B) a assistência litisconsorcial;

C) o *amicus curiae*;

D) o chamamento ao processo.

DIREITO PENAL

11) No que se refere à omissão penalmente relevante, assinale a opção correta.

A) Em se tratando dos crimes omissivos próprios, a norma constante do tipo penal é de natureza proibitiva.

B) A relevância da omissão depende exclusivamente da gravidade do resultado.

C) Qualquer omissão será considerada penalmente relevante se resultar em dano.

D) A omissão será penalmente relevante quando o agente, encontrando-se em posição de garantidor, deixar de agir, podendo fazê-lo, desde que tal omissão seja causa adequada do resultado, segundo juízo normativo de imputação.

12) Considerando o amparo legal do Código Penal Brasileiro, o uso de força, nas circunstâncias previstas na legislação, que não excede além do suficiente, tem a exclusão da ilicitude. Com base nisso, são esses excludentes de ilicitude:

- I. Estado de necessidade.
- II. Estrito cumprimento de dever legal.
- III. Legítima defesa.

Está CORRETO o que se afirma:

- A) Em todos os itens.
- B) Apenas no item I.
- C) Apenas nos itens I e II.
- D) Apenas nos itens II e III.

13) O Código Penal traz a definição de crime tentado como sendo, aquele que, quando iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Sabendo disso, conforme a doutrina majoritária, com relação às tentativas, assinalar a alternativa CORRETA.

- A) A ponte de prata, representada pela resipiscência, é quando o agente se arrepende do crime após a sua consumação e, preenchido os requisitos legais, recebe um benefício penal.
- B) No arrependimento eficaz, caso o agente não consiga evitar a consumação do crime, a pena será majorada em 2/3.
- C) A ponte de ouro, representada pela desistência voluntária e pelo arrependimento eficaz, é quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só respondendo pelos atos já praticados.
- D) Na resipiscência, há punição pelo crime praticado, mas a pena pode ser diminuída de 1/3 a 2/3.

14) Em qual das seguintes situações o abate de animal não é considerado crime?

- A) Quando realizado por diversão ou entretenimento do agente.
- B) Para fins de comércio ilegal de partes do animal.
- C) por ser inócuo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
- D) Em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

15) Sobre a tipicidade no Direito Penal, é correto afirmar que:

- A) A tipicidade é a adequação do fato à lei penal.
- B) A tipicidade não exige a correspondência entre o fato e o tipo penal.
- C) A ausência de tipicidade não exclui a possibilidade de responsabilização penal.
- D) A tipicidade é irrelevante para a definição de crimes.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

16) Francisco, reincidente na mesma conduta delituosa, foi flagrado por José, gerente da fazenda de Roberto, no momento em que tentava furtar dois bois reprodutores de alto valor da propriedade rural. Com o auxílio de outros empregados da fazenda, José conseguiu conter Francisco e o conduziu imediatamente à delegacia de polícia da região. A autoridade policial colheu o depoimento de todos os envolvidos e de duas testemunhas que presenciaram o fato delituoso e que confirmaram a suspeita da tentativa de furto. Nessa situação hipotética, de acordo com o CPP, a autoridade policial

- A) deverá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco e recolhê-lo à prisão, exceto no caso de ele se livrar solto ou de prestar fiança, visto que o flagrante realizado por José é legal e classificado pela doutrina como flagrante perfeito ou real.
- B) poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, desde que o proprietário da fazenda ofereça representação contra ele.

C) não poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, pois José não é o proprietário dos animais objeto da tentativa de furto.

D) não poderá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, uma vez que a prisão em flagrante realizada por José é considerada hipótese de flagrante ilegal.

E) deverá lavrar auto de prisão em flagrante de Francisco, uma vez que a prisão em flagrante realizada por José foi legal, sendo denominada pela doutrina de flagrante imperfeito ou quase-flagrante.

17) De acordo com o Código de Processo Penal, apresentado o preso à autoridade competente, esta ouvirá o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando-lhe cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, procederá à oitiva das testemunhas que o acompanharem e ao interrogatório do acusado sobre a imputação que lhe é feita, colhendo, após cada oitiva suas respectivas assinaturas, lavrando, a autoridade, afinal, o auto. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante; mas, nesse caso, com o condutor, deverão assiná-lo pelo menos duas pessoas que hajam testemunhado a apresentação do preso à autoridade.

() Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

() Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

As afirmativas são, respectivamente,

- A) F – F – F.
- B) V – F – V.
- C) F – V – F.
- D) V – V – V.

18) Marque a alternativa correta, após o exame da veracidade das assertivas abaixo:

I. A equidade é uma das fontes secundárias do direito que preconiza a aplicação da justiça em casos específicos, permitindo ao juiz adaptar a aplicação da lei às peculiaridades do caso concreto, visando alcançar um resultado justo;

II. A persecução penal começa por ocasião da investigação policial e se estende até o final do cumprimento da pena aplicada ao indivíduo;

III. O Inquérito Policial é indispensável, mas pode ser arquivado a qualquer momento conforme o poder discricionário da autoridade policial, ainda que o Ministério Público não concorde com a providência;

IV. A Lei é a fonte primária do Direito no sistema jurídico brasileiro.

Assinale a alternativa correspondente.

- A) Estão corretas as afirmativas I, II, III e IV.
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

19) Foi verificada a ocorrência de um estupro em uma residência, e os vizinhos pediram ajuda à guarda municipal, pois temiam intervir devido à falta de capacidade física e técnica para isso. O guarda municipal alegou que teria limitações para adentrar o imóvel devido ao fato de a ocorrência ser à noite, após às 21h. Considerando o caso apresentado, como se caracterizaria a entrada do guarda municipal no local sem autorização do ocupante da residência ou sem determinação judicial?

- A) Incorreta, pois seria abuso de autoridade.
- B) Correta, pois estaria atendendo a uma situação de flagrante delito.
- C) Incorreta, pois não se configura situação de socorro.
- D) Correta, pois o impedimento só ocorre em caso de desastre.

20) Considere a seguinte situação hipotética: Maria é esposa de José, filha de Ana, mãe de Cristiano e irmã de Cleófas. Maria é querelante em queixa-crime e desaparece no curso do processo, sendo declarada ausente por decisão judicial. Nesse cenário, de acordo com os artigos 31 e 36 do CPP,

- A) se Cleófas e Cristiano quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a este.
- B) extingue-se o direito de queixa.
- C) se Cristiano e Ana quiserem prosseguir na ação penal, aquele tem preferência em relação a esta.
- D) José tem preferência para prosseguir na ação penal.

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

21) Em consonância com a Lei n.º 9.099/1995, a qual dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, o processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios:

- A) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual, celeridade
- B) legalidade, oralidade, simplicidade, publicidade, impessoalidade
- C) publicidade, informalidade, economia processual, moralidade
- D) oralidade, legalidade, formalidade, economia processual, impessoalidade

22) A competência é rotineiramente definida como a medida da jurisdição. No âmbito dos Juizados Especiais, as regras de definição de competência assumem relevo, ante sua especialidade procedimental. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se inclui na competência do Juizado Especial Cível a execução de seus julgados.
- B) As causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo são de competência do Juizado Especial Cível.
- C) As causas que versem sobre bens imóveis dos Estados são de competência do Juizado Especial Cível.
- D) Compete ao Juizado Especial Federal julgar as ações de mandado de segurança e de desapropriação.

23) Juliano, maior de dezoito anos, capaz, decidiu propor ação de indenização por danos materiais e morais em face da companhia aérea Voemais S.A. em razão do cancelamento do seu voo para Fernando de Noronha, onde iria passar as férias. Em razão do cancelamento, Juliano teve que arcar com as despesas das reservas de hotéis e passeios, razão pela qual requereu o valor de indenização em vinte salários-mínimos. A ação foi proposta por ele mesmo, sem a assistência de advogado, perante o Juizado Especial Cível da sua comarca.

Diante da situação hipotética, considerando o disposto na Lei no 9.099 de 26 de setembro de 1995, assinale a alternativa correta.

- A) A companhia aérea Voemais S.A. não poderá ser ré em ações propostas perante o Juizado Especial Cível, uma vez que tal procedimento especial se presta para as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte.
- B) Caso Juliano decida contratar um advogado para acompanhar a causa, o mandato poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- C) Considerando ser a companhia aérea Voemais S.A. uma pessoa jurídica, Juliano, em razão da sua hipossuficiência, deverá ter assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial.
- D) Juliano poderá ser autor, independentemente de assistência, inclusive para fins de conciliação.

24) No que tange à competência dos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n. 9.099/1995.

- A) Tem competência para julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário-mínimo.
- B) Tem competência para julgamento das ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a sessenta vezes o salário-mínimo.
- C) Tem competência para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de sessenta salários-mínimos.
- D) Tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo.

25) As testemunhas

- A) até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
- B) até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado.
- C) até o máximo de quatro para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação.
- D) até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento mediante intimação do Juízo.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

26) Considerando as disposições acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95), assinale a alternativa correta:

- A) Cabe à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrar o termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.
- B) Mesmo que o autor se comprometa a comparecer em juízo, haverá a necessidade de lavratura do auto de prisão em flagrante.
- C) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal ou pelo local do resultado naturalístico.
- D) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n. 9.099/95 os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a 4 anos, cumulada ou não com multa.

27) Os Juizados Especiais são órgãos judiciais criados para conciliação, processo, julgamento e execução, nas causas de sua competência. Com base nas disposições da Lei nº 9.099/95, acerca dos Juizados Especiais Criminais, analise as alternativas e assinale a opção CORRETA:

- A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei nº 9.099/95, as contravenções penais e os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- B) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a aplicação de pena privativa de liberdade.
- C) Nos Juizados Especiais Criminais não será admitida a atuação de juizes leigos.
- D) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se produziu o resultado da infração penal.

28) A respeito da Lei nº 9.099/95, é correto afirmar que:

A) Acerca da transação penal, acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que importa em reincidência, sendo inclusive registrada para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

B) A suspensão condicional do processo, prevista na Lei nº 9.099/95, pode ser aplicada a qualquer crime cuja pena mínima cominada não seja superior a dois anos.

C) Nos Juizados Especiais Criminais, a presença de advogado é facultativa.

D) Os Juizados Especiais Criminais são competentes para julgar infrações penais de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes a que a lei comina pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

29) A Transação Penal constitui instituto integrante da denominada Justiça Penal Negocial e tem cabimento, dentre outras situações:

A) Quando o autor do fato não estiver respondendo a processo por prática de crime.

B) Quando o autor do fato tiver sido beneficiado, nos últimos cinco anos, por pena restritiva de direitos ou multa em sede de transação penal homologada.

C) Quando o autor do fato não tiver sido beneficiado por transação penal nos últimos cinco anos.

D) Quando o autor do fato tiver antecedentes.

30) No que diz respeito ao termo circunstanciado de ocorrência assinala a opção correta, com base na Lei n.º 9.099/1995.

A) Cabe à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrar o termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

B) Cabe à autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência requerer a prisão preventiva ao *parquet*, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

C) Cabe ao Ministério Público, ao tomar conhecimento da ocorrência, lavrar o termo circunstanciado e encaminhá-lo imediatamente à autoridade policial, com o autor do fato e a vítima, para que sejam por esta providenciadas as requisições dos exames periciais necessários.

D) Ao autor de crime inafiançável que, após a lavratura do termo circunstanciado, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante.

E) Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena em regime semiaberto.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31) Consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 atualizada), a ação de velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento ou constrangedor, compete:

A) a pais ou responsáveis, apenas.

B) ao Poder público, apenas.

C) a todas as pessoas.

D) ao Conselho Tutelar, apenas.

32) De acordo com a Lei nº 8.069(ECA), analise as alternativas e assinala a INCORRETA:

A) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezesesseis anos de idade.

B) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

C) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

D) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

33) De acordo com o Art. 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a candidatura para se tornar membro do Conselho Tutelar exige que o candidato atenda a determinados requisitos essenciais. Esses critérios garantem que os membros do Conselho possuam características necessárias para a função de proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Com base nesse contexto, assinala a alternativa CORRETA:

A) Para se candidatar ao cargo de membro do Conselho Tutelar, é necessário que o candidato tenha mais de 30 anos e more em qualquer município.

B) A residência no município não é obrigatória para quem deseja se candidatar ao Conselho Tutelar, sendo suficiente apenas a idoneidade moral e a maioria de 18 anos.

C) Para ser candidato ao cargo de membro do Conselho Tutelar, é necessário ter no mínimo 25 anos de idade e ser recomendado por membros da administração pública local.

D) Os requisitos para a candidatura ao cargo de membro do Conselho Tutelar incluem ter idade superior a 21 anos, ser moralmente idôneo e residir no município.

34) Analise as afirmativas a seguir com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e marque (V) para verdadeiro ou (F) para falso:

() Nenhuma criança ou adolescente pode sofrer qualquer forma de negligência, violência ou exploração, sendo punido qualquer atentado contra seus direitos fundamentais, seja por ação ou omissão.

() O direito à vida e à saúde da criança e do adolescente deve ser garantido exclusivamente pelos pais ou responsáveis, sem a necessidade de políticas sociais públicas.

() A convivência familiar é um direito fundamental da criança e do adolescente, devendo ser priorizada sua criação no seio da família natural ou, excepcionalmente, em família substituta.

() O trabalho infantil é proibido para menores de 14 anos, mesmo na condição de aprendiz.

Após análise, assinala a alternativa que apresenta a sequência CORRETA dos itens acima, de cima para baixo:

A) V – V – V – V.

B) F – F – V – V.

C) V – F – V – V.

D) V – F – F – V.

35) João, um jovem de 12 anos e 2 meses, foi apreendido por agentes de segurança após cometer um ato infracional leve. Durante o procedimento, a equipe discutiu qual seria a categoria correta para classificá-lo segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com base no Art. 2º do ECA, assinala a alternativa CORRETA:

A) João ainda é considerado criança, pois tem apenas 12 anos.

B) João é considerado adolescente, pois já completou 12 anos.

- C) João pode ser considerado criança ou adolescente, dependendo da decisão do juiz.
- D) João não se enquadra no conceito de criança ou adolescente, pois já responde pelos seus atos como adulto.

EXECUÇÃO PENAL

36) Segundo a Lei de Execuções Penais, o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Essa contagem será feita em razão de:

- A) 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar
- B) 2 (dois) dias de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar
- C) 3 (três) dias de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar sem aproveitamento
- D) 4 (quatro) dias de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar com aproveitamento comprovado

37) Mário, após responder à ação penal em liberdade, foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de roubo circunstanciado, iniciando o cumprimento da pena em regime fechado. Durante a execução penal, o apenado vem trabalhando diariamente, em observância à legislação de regência. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei no 7.210/1984, é correto afirmar que Mário

- A) tem direito à detração, à razão de um dia de pena a cada dois dias de trabalho.
- B) tem direito à remição, à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho.
- C) tem direito à detração, à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho.
- D) não tem direito à remição, pois o trabalho é um dever do apenado.
- E) não tem direito à detração, pois o trabalho é um dever do apenado.

38) Quanto à falta grave que comete o condenado à pena privativa de liberdade, assinale a alternativa incorreta.

- A) Deixar de fazer higiene pessoal e cantar a noite.
- B) Fugir.
- C) Possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem.
- D) Incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina.
- E) Manter em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico.

39) Constituem deveres do condenado:

- A) Comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença.
- B) Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- C) Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.
- D) Todas as alternativas estão corretas.

40) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, e essa assistência será:

- A) apenas jurídica.
- B) material, jurídica, educacional, social, religiosa e saúde.
- C) apenas educacional.
- D) apenas alimentação.